

Viacava nega necessidade de novo 'jumbo'

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro interino da Fazenda, Carlos Viacava, negou que o Brasil precisará recorrer, num futuro próximo, ao mercado financeiro internacional e tentar um novo Jumbo — mesmo fechando "nas próximas horas" o pacote de renegociação da dívida externa brasileira. Ele disse que o acordo que está sendo feito entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional dará tranquilidade necessária "para olhar o futuro e revigorar a esperança".

Carlos Viacava falou durante uma hora, ontem à tarde, para cerca de 40 analistas de bancos norte-americanos, no auditório do Banco Central, tentando explicar como o Brasil conseguirá atingir o superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial e como espera sair da crise em que se encontra. No final, depois de responder às indagações, num inglês precário, Viacava foi considerado por alguns analistas como "muito realista", e por outros como "muito pobre nas respostas". A palestra co-

meçou com meia hora de atraso, tempo em que o ministro interino da Fazenda ficou aguardando a chegada ao Banco Central dos analistas norte-americanos. Ao iniciar a palestra, pediu logo desculpas dizendo que sairia antes do final por ter assumido outros compromissos, e de fato encerrou a palestra mais cedo, segundo observadores, por causa das dificuldades para explicar o programa econômico brasileiro.

Ele fez inicialmente um breve histórico da economia brasileira, mostrando que o País obteve considerável crescimento até 1973, a partir de quando começou a enfrentar problemas no balanço de pagamentos. Primeiro, por causa do impacto dos choques do petróleo e, depois, pela elevação das taxas de juros no mercado internacional. Assim, o País foi endividando-se, chegando à situação em que se encontra hoje.

Para responder à maior curiosidade dos americanos, de como o Brasil conseguirá o esperado superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial, o ministro interino da Fazenda

argumentou que o governo vai impor uma política monetária extremamente ajustada, pois só "assim poderá haver superávit comercial, forçando uma contenção no crescimento econômico. Pelos seus cálculos, o crescimento produtivo do País, este ano, ficará entre zero e 2%, "mas isso é igual em se tratando de Brasil".

Assinalou que os US\$ 6 bilhões de superávit devem ser alcançados com aumento das exportações para US\$ 23 bilhões e redução das importações para US\$ 17 bilhões, ou seja, corte de US\$ 2 bilhões nas importações e aumento de US\$ 3 bilhões nas vendas externas. Reconheceu que isso depende de "fatores externos", assinalando que o programa "é ambicioso, mas perfeitamente realizável".

Durante os debates, os analistas norte-americanos quiseram saber por que o Brasil não procurou recorrer antes aos bancos internacionais para solucionar seus problemas de balanço de pagamentos, evitando a atual situação de quase insolvência. Viacava explicou que o Brasil procu-

rou seguir "um caminho próprio" e garantiu que "as coisas estão indo bem", relatando que "nas próximas horas esperamos ver fechado o pacote com os nossos credores".

Quanto à maxidesvalorização, reafirmou que, desta vez, ao contrário de 1979, "ela não vai se esvair". E explicou: "Em 79 assumimos alguns riscos, prefixamos a correção monetária, a cambial, como expectativa de que ajudaria a diminuir a inflação. Agora não, a própria mudança recente na política salarial significou um corte real na renda real e isso vai manter a inflação sob controle. Enfim, não prefixamos nada, e a desvalorização foi real". De todo modo, ressaltou que a esta altura ainda é impossível dizer que a máxí não terá impacto sobre os preços, "mas isso também será resolvido".

Viacava afirmou ainda que nos próximos dez anos será impossível reduzir o valor da dívida externa brasileira, acrescentando que o que o governo espera é uma melhoria na relação entre produto interno bruto e dívida externa.